

**OS PROFESSORES COMO ACTORES DA IMPLEMENTAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA
PORTUGUESA**

Maria Helena de Almeida Reis

profenasun@netcabo.pt

Professora de Educação Especial

Mestre em Sexologia pela

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Lisboa - Portugal

Resumo

Nesta comunicação será feita uma síntese da experiência portuguesa na implementação da educação sexual nas escolas. A Lei de Directrizes e Bases da Educação brasileira, tal como a lei portuguesa, responsabiliza todos os professores pela educação sexual, fazendo deste conteúdo uma área transversal. Assim sendo, importa repensar o processo de formação inicial dos professores para que possam estar preparados para mais este desafio.

Torna-se clara a necessidade de compreender quais são os factores relacionados com o possível envolvimento e qual a atitude dos professores na implementação do currículo de educação sexual, no sentido de lhes proporcionar formação adequada.

Os instrumentos de pesquisa utilizados em estudos anteriores não serviam os nossos objectivos por diversas razões: alguns eram muito antigos, outros inadequados à população portuguesa e outros ainda não mediam as dimensões pretendidas. Colocou-se então o desafio da elaboração de um questionário para medir as atitudes, o conhecimento e o conforto dos professores para tratar temas de sexualidade com os seus alunos.

Apesar de terem demonstrado uma atitude positiva, os professores portugueses revelaram uma diminuta intenção de envolvimento em acções de educação sexual nas suas escolas. Entre as várias razões que podem explicar esse facto apontamos a lacuna de formação dos professores nesta área, nos seus cursos de base. Aparecem apenas, em poucos cursos de formação pedagógica, alguns módulos sobre educação para a sexualidade e, ainda assim, são disciplinas facultativas.

Abstract

In this article a synthesis of the portuguese experience on the implementation of sexual education in schools will be made. The brazilian law of Directives and Basis of Education, as well as the portuguese law, obligues teachers to take responsibility on sexual education lecturing, making a transversal area out of this content. Thus, it matters to rethink the initial process of teacher formation enabling them to face such a challenge.

The need to understand which factors are related to a possible involvement seems obvious as well as the kind of attitude teachers have facing the implementation of the curriculum of sexual education, so that proper formation is facilitated.

The late instruments that were used for research in former studies did not fulfil our objectives for several reasons: some were too old, others inadequate to the portuguese population and others still weren't measuring the wished dimensions. The challenge of elaborating a questionnaire rose. One that would evaluate attitude, another one evaluates knowledge and a third one measure the comfort teachers possess when dealing with matters of sexual education thematics with their students.

Despite having shown a positive attitude, portuguese teachers revealed a diminished intent of involvement in sexual education actions in their schools. Amongst the variety of reasons which may explain this fact we point the breach that exists in the formation of teachers in this area, in their basic degrees. Modules about education for sexuality seldom appear in a few pedagogic formation courses and even still, being these only facultative disciplines.

OS PROFESSORES COMO ACTORES DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

Introdução

Há mais de vinte anos surgiu um novo flagelo da humanidade com o advento da SIDA e o número de gravidezes precoces na adolescência tem tendência a aumentar, de um modo geral, nos vários cantos do mundo. Os abusos e a violência sexual sobre as crianças tornam-se matéria generalizada nos meios de comunicação e ignorar esses factos demonstra uma grande irresponsabilidade e comodismo por parte dos educadores. Dizer que a Educação Sexual é fácil e que se trabalha da mesma forma que qualquer outra área do saber, é falso. Não é simples abordar assuntos que mexem com a sensibilidade e valores de cada indivíduo, logo também não é fácil o desempenho adequado dos educadores neste âmbito.

Os objectivos principais da educação sexual nas escolas prendem-se com o aumento dos conhecimentos das crianças e jovens, o desenvolvimento de atitudes positivas e competências nas áreas da sexualidade, afectividade e relações interpessoais. Logo, os professores precisam estar bem preparados, com um tipo de formação que lhes dê segurança para iniciar mais esta árdua tarefa que lhes é pedida.

Apresentarei uma síntese da investigação realizada no âmbito da minha dissertação de mestrado, procurando introduzir algumas reflexões sobre a formação necessária dos professores para essa implementação.

Perspectivando a Sexualidade Humana

A sexualidade humana possui uma conotação que envolve complexidade, envolvendo dimensões para além dos limites do biológico, incluindo o relacionamento pessoal, erotismo, fantasia, prazer e ainda questões associadas à cultura, religião, simbolização e à própria construção do ser humano e não apenas à genitalidade. No homem, a sexualidade é

pluridimensional e é a integração de todas essas perspectivas que lhe confere a especificidade humana.

Com base nestes pressupostos, pode-se concluir que a realidade sexual humana é sobretudo dinâmica e é motor do nosso desenvolvimento. Sendo dinâmica, envolve um percurso de aprendizagem tal como outras áreas do conhecimento. Essa aprendizagem supõe processos idênticos aos das várias aprendizagens que ocorrem ao longo do ciclo de vida, interagindo com estas através dos domínios afectivo, cognitivo e comportamental da existência (Frade, 1999).

Partindo dessa premissa, defendemos a importância da intervenção articulada entre os profissionais da Saúde e da Educação no sentido de ajudar a família na selecção das prioridades que garantam um desenvolvimento harmonioso, em especial no aspecto interrelacional das nossas crianças e jovens.

Desconhecendo a realidade brasileira na implementação da educação sexual nas escolas, vamos tentar apenas relatar um pouco da experiência portuguesa, acreditando que é na troca de experiências e de saberes que poderemos construir e incrementar o nosso conhecimento.

Partiremos da clarificação do conceito de sexualidade e de educação sexual. Serão apresentados também os principais resultados obtidos na minha pesquisa para a dissertação de mestrado sobre a atitude na implementação da educação sexual, dos 600 professores que foram os sujeitos da nossa investigação.

Ao longo desta comunicação irei introduzir algumas reflexões sobre a formação de base, ou ausência dela, nos currículos para futuros professores.

Sexualidade e Educação Sexual

A educação sexual é um dos temas mais debatidos na actualidade no que se refere à sexualidade. Ainda assim, permanece como objecto de controvérsia e de vários entendimentos ao nível do seu significado, dos seus conteúdos, da sua eficácia e consequências. Por vezes é encarada como um processo marginal à construção da identidade, outras aponta-se aquela

actividade como elemento essencial na alteração de costumes e também é notada por alguns, como um instrumento da degenerescência dos valores morais (Neill et al, 1961, citado por Vilar, 1987). O facto é que, apesar da legislação actual nomeadamente quanto à sua introdução nos currículos escolares, a educação sexual é ainda um tema polémico e a sua situação em Portugal é um bom exemplo (Vilar, 1987, p. 165).

Mesmo havendo ainda hoje resistência de alguns grupos, face à educação para a sexualidade, é desejo explícito de outros sectores ligados à saúde e à escola o de avançarem em programas de educação sexual.

A clarificação do conceito de educação sexual implica clarificação do conceito de sexualidade. Mas afinal a que nos referimos quando falamos de sexualidade humana? Muito se tem dito sobre o assunto, apesar de permanecer para muitos como tema tabu, por envolver aspectos do foro íntimo e pessoal. A literatura tem sido prolífera nas últimas décadas em temas de sexualidade. Esses trabalhos têm vindo a evoluir desde as considerações envolvendo unicamente os aspectos biofisiológicos da sexualidade, até às publicações mais recentes dimensionando-a numa perspectiva holística.

Numa vertente biológica, o corpo é considerado como suporte do Ser, envolvendo o sexo genético, gonádico, gonofórico e somático (Rocha, 1988), considerando a sexualidade como componente estruturante do desenvolvimento psico-afectivo e social do indivíduo. Este autor refere o modelo com que Eduard Munch figurou a sua obra, abordando a sexualidade com a abrangência das dimensões que dão sentido à vida.

Assim, Gomes-Pedro (2000) diz-nos que “Do embrião ao adolescente, constroem-se os primórdios da génese dos afectos, o que é dizer o sentido do sexo ao longo do ciclo de vida” (p. 4) . A sexualidade é então um poderoso factor de relação interpessoal, constituindo forma privilegiada de expressão da pessoa como ser aberto a outras pessoas, funcionando como factor mútuo de realização pessoal (Piscalho et al, 2000; Rocha, 1988).

Com base nesse constructo pode-se afirmar que a sexualidade humana possui também uma vertente social, tendo a ver com os papéis e representações sociais. Nesta linha situa-se o modelo preconizado por Alferes

(1987, citado por Rocha, 1988), que tem por base dois pressupostos essenciais: 1.º Os comportamentos sexuais constituem um caso particular das interacções humanas. Como tal, a regulação desses comportamentos remete-nos directamente para factores gerais que estruturam essas interacções.

2.º Não se podem dissociar comportamentos sexuais das representações sociais que mediatizam as relações interpessoais e dos mecanismos institucionais que controlam as práticas sexuais.

Muitos psicólogos modernos, designadamente Erikson (citado por Rocha, 1988), fazem notar que a realização da identidade pessoal se articula com a interacção do eu de cada indivíduo e os seus pais, família alargada, instituições sociais e a cultura de determinado momento histórico.

A Sexualidade e o Processo de Desenvolvimento Pessoal

Desde o seu nascimento as crianças aprendem algo sobre o amor, o toque e o relacionamento. Elas aprendem sobre sexualidade quando os pais falam com elas, vestem-nas, mostram afecto, brincam ou ensinam-lhes os nomes das partes do corpo. Com a chegada da adolescência elas continuam a receber mensagens sobre comportamentos sexuais, atitudes e valores das suas famílias e do meio envolvente (SIECUS, 2001).

Assim, a educação sexual começa no seio familiar. Os pais, as mães e outros adultos que cuidam dos bebés são – e devem ser – os primeiros agentes da educação sexual das suas crianças, através de situações do quotidiano. Mais tarde a criança vai receber informação sob influência dos seus pares. Com o surgimento da adolescência, os jovens ficam expostos a mensagens (explícitas ou implícitas) alusivas ao sexo e sexualidade, sendo o acesso à informação muito fácil. Contudo, “embora esteja ao alcance de qualquer jovem a informação sexual, ela por si só não faz a sua educação sexual. Claramente, precisam de ajuda para aprenderem a processar estas diferentes mensagens que diariamente lhes são transmitidas” (Sander e Swinden, 1995, citado por Piscalho, Serafim e Leal, 2000).

Apesar de serem os primeiros agentes, os agentes “naturais” para educarem sexualmente os filhos, muitos pais demonstram dificuldades em

abordar estes temas com eles. Essas dificuldades prendem-se com factores como a falta de conhecimento sobre temas da sexualidade, dificuldades em usar vocabulário adequado e ainda sentimentos de desconforto resultantes da sua própria herança cultural e educacional. Um estudo de Farrell (citado por Went, 1985) realizado em Inglaterra encontrou 96% de pais de alunos do ensino secundário que eram a favor da educação sexual na escola. Diz ainda que 64% dos pais acham que as mães são as pessoas indicadas para dizer às crianças de onde vêm os bebés. Por outro lado, as crianças sentem que a escola é um bom local para aprender sobre a sexualidade. Esta pesquisa indica também uma atitude favorável dos professores.

Depois de esclarecidos sobre quem e como trabalhará com os seus filhos sobre temas de educação sexual, os pais chegam a evidenciar algum alívio e não aparecem como opositores a esta prática. O estudo realizado por Duarte Vilar (2003) na sua tese de doutoramento corrobora esta afirmação. Assim, também a Associação de Pais e Encarregados de Educação, na pessoa do seu presidente, tem manifestado a sua opinião em vários eventos científicos e entrevistas públicas.

Neste contexto importa clarificar o conceito de educação sexual. Os pedagogos modernos, como Rocha (1988) ou Cortesão (1989), tendem a preferir os termos “Educação para a Sexualidade” ou “Educação Sexualizada”, por considerá-los mais abrangentes. Apesar disso, adoptarei a designação “Educação Sexual” por se encontrar mais difundido, inclusive em termos legais.

Quanto a este conceito, o pensamento pedagógico actual fez evidentes progressos, ultrapassando a perspectiva iluminista que vinha do século XVIII. Para os iluministas, o homem é sobretudo memória e inteligência. Sob essa óptica, o esclarecimento da inteligência levaria a uma mudança de comportamentos. Em consequência, educar seria instruir, logo a pessoa mais instruída seria a mais educada (Rocha, 1988).

As perspectivas psicopedagógicas actuais defendem que o dinamismo basilar do homem não é a inteligência mas a afectividade, logo, não basta esclarecer a inteligência para obter atitudes. Nessa linha, a educação deve ter uma dimensão global do ser, o que implica uma acção formativa e não apenas

informativa. Nessa dimensão insere-se a educação sexual que defendemos como sendo toda a acção de ensino/aprendizagem sobre sexualidade humana, numa abordagem dinâmica, envolvendo conhecimento mas também discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas com a vida sexual. Assim, a educação sexual deve ver no educando um sujeito activo no processo de aprendizagem e não apenas receptor de conhecimentos, informações ou orientações (Figueiró, 1996).

Esta conceptualização é defendida por vários autores e organizações nacionais e internacionais. Para mencionar apenas países de língua portuguesa, esta visão da educação sexual é preconizada pela Associação para o Planeamento da Família (APF), pela Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH) e também pelas Linhas Orientadoras do Ministério da Educação (2000).

Para Vitiello (1994, citado por Bruns, 2000), a educação sexual sistemática só pode ser feita por familiares ou professores, pois apenas a família e a escola como instituições sociais podem dar à educação sexual a continuidade necessária. Por outro lado, para Went (1985) (Educação Sexual em Meio Escolar - Linhas Orientadoras, 2000), a escola pode ser facilitadora e oferecer o conhecimento de que a maior parte das famílias não dispõe. Isto inclui teorias educacionais, técnicas de ensino e a percepção do nível geral de conhecimento e comportamento sexual de cada grupo etário de alunos.

A escola pode fornecer um envolvimento neutro para discutir relações pessoais e pode organizar discussões em grupos de pares. Além disso, tem acesso a materiais de apoio para estas acções, existentes nos Ministérios da Educação e da Saúde e em organizações como a Associação para o Planeamento da Família, por exemplo.

Experiência de Implementação da Educação Sexual

Para compreender a situação da educação sexual em meio escolar em Portugal é necessário referir as mudanças sociais e políticas ocorridas nas últimas décadas, produzidas pelo 25 de Abril de 1974. Essas alterações não se reflectiram de modo imediato na temática da educação sexual escolar (Vaz,

1996). Temas considerados prioritários na abordagem da necessidade de alteração dos currículos foram relegando a educação sexual para segundo plano. Além disso, importa perceber o carácter incómodo das questões socialmente polémicas, incluindo esta.

Em 1990, Beattie e Meredith referem-se à educação sexual como área potencial de descrédito para a classe política, com discussões como as que envolvem a contracepção, legalização do aborto e igualdade de direitos entre os géneros.

Foi, no entanto, no centro da polémica sobre o direito ao planeamento familiar que surgiram propostas de legislação e propostas de actuação, ao nível do sistema de ensino, em torno da educação sexual.

Existem três componentes que eventualmente podem ter influído na tomada de consciência da necessidade da educação sexual nas escolas:

1.º o parecer da Procuradoria-Geral da República que, em 1981, se manifestou contra o acesso dos jovens a consultas de planeamento familiar, provocando grande polémica sobre a sexualidade dos jovens; 2.º alguma consciência dos profissionais de saúde, concretizada nos estudos que revelaram o crescimento do número de gravidezes na adolescência; 3.º as discussões parlamentares sobre a legalização do aborto. Estes factos trouxeram por arrastamento alguns efeitos no debate público sobre a educação sexual. Foi desta forma que numa lei que visava fundamentalmente o direito ao planeamento familiar (Lei .º 3/84), se incluiu a primeira menção jurídica sobre o direito à educação sexual (Vaz, 1996).

Em resumo, em 1984 com a Lei n .º 3/84 sobre educação sexual e planeamento familiar, em 1986 com a Lei de Bases do Sistema Educativo, que no número 2 do seu artigo 47.º acabou por dar resposta à inclusão da educação para a saúde e a educação sexual nos currículos escolares, e em 1991 com as primeiras propostas de programas de Desenvolvimento Pessoal e Social, a educação sexual passou a ser parte integrante das políticas educativas nas escolas portuguesas.

Apesar do suporte legal existente a implementação da educação sexual nas escolas não foi ponto pacífico nem realidade imediata em Portugal. Ainda

assim, na opinião de Duarte Vilar (1999) “é errado afirmar que não existem acções de educação sexual nas escolas portuguesas, mas também é necessário reconhecer que as sucessivas equipas ministeriais da Educação, incluindo a actual, não clarificam as suas posições nesta matéria”.

Dificuldades na trajectória da implementação da educação sexual em contexto escolar são mencionadas em diversos autores de vários países. Os Estados Unidos têm sido pioneiros nessa implementação, trabalhando nesta área desde os anos 60/70, contudo em 1985 Powell e Jorgensen (citado por Oz, 1991) concluíram que pouco mais de 105 alunos americanos tinham tido algum curso nesta área. Sheri Oz refere também outras investigações demonstrando que este tipo de programas ainda não tinham sido disponibilizados em muitas escolas (Arcus, 1983; Sonenstein e Pittman, 1984, citado por Oz, 1991) e que, quando eram oferecidos aos alunos, estes programas omitiam tópicos controversos mas importantes (Kirby, Alter e Scales, 1979; Sonenstein e Pittman, 1984, citados por Oz, 1991). Logo a implementação da educação sexual nas escolas permanecia como um tema polémico.

Em relação à Europa, a literatura refere um estudo belga (Csincsak, Bourdeaudhuij e Oost, 1994) cujos autores mencionam que desde 1989 diversas iniciativas a nível legal e apoios governamentais ocorreram na Flandres. O foco principal deste trabalho insere-se nos problemas encontrados pelos professores envolvidos em programas de educação sexual e as dificuldades ou razões para o não envolvimento dos restantes docentes. Os resultados apresentaram-se agrupados em categorias como: dificuldades estruturais, relacionamento com os alunos e falta de apoios administrativos.

Sobre a situação da educação sexual em Espanha, Félix Lopez (1990) enuncia um quadro legal que permite a educação sexual na escola, mas não a garante, uma vez que não dispõe de espaços específicos em nenhuma área nem há formação de professores.

Este tipo de problemas e outros levantados pela educação sexual, só os podemos começar a entender e resolver, na opinião do sociólogo Philip Meredith (1990), se os abordarmos como questões sociopolíticas e não

simplesmente éticas e educativas. Numa abordagem europeia do tema, o autor refere como uma das regiões com características mais acentuadas, a Escandinávia.

Os países escandinavos, devido a circunstâncias especiais das suas histórias e culturas, assumiram as atitudes mais tolerantes da Europa em relação ao comportamento sexual, criando o programa mais exaustivo e progressista do mundo para a abordagem legislativa e pedagógica do tema nas escolas.

Os países do centro da Europa Ocidental adoptaram uma posição pós-victoriana ambivalente, oscilando entre uma aproximação progressista e racional e um conservadorismo confuso.

Na Europa do Sul, incluindo a França, só recentemente o tema foi considerado como questão escolar, em parte devido ao peso das estruturas familiares, em parte devido à força das igrejas cristãs.

Em Portugal, muitos professores podem eventualmente sentir-se inseguros para iniciar acções e projectos sobre o tema da sexualidade, uma vez que as indicações são pouco claras e escassa a oferta de formação em educação sexual no nosso sistema educativo. Ainda assim o tema da sexualidade pode e deve ser objecto de intervenção pedagógica estruturada, intencional e assumida pela escola e outras instituições que intervêm de forma educativa junto da população jovem e adulta (Frade et al, 1999).

Já em 1987, Manuela Sampaio recomenda, com o objectivo de preparar os futuros professores para uma educação sexual de qualidade, a implementação de cursos de sexualidade humana e educação sexual nas seguintes instituições:

- Escolas Superiores de Educação – que preparam futuros professores para o ensino, desde o pré-escolar até ao 5.º ano de escolaridade;
- Departamentos de Educação das univesidades;
- Faculdades de Psicologia - para a formação de psicólogos educacionais.

Mesmo considerando o esforço de algumas escolas que apresentam trabalho pioneiro na área da educação sexual, algumas delas no âmbito do

Projecto de Promoção e Educação para a Saúde, resultante de um protocolo entre o Ministério da Educação e a APF, a educação sexual como é desejável e como se encontra consagrada na lei, está longe de ser generalizada e sistematizada nas escolas portuguesas.

Foi no sentido de tentar perceber a atitude dos professores na implementação desta área que desenvolvi uma pesquisa com professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico. Este nível de ensino corresponde ao 2.º Grau aqui no Brasil. A escolha desse grau de ensino foi feita por corresponder à fase das grandes mudanças, das mudanças revolucionárias no desenvolvimento das pessoas e ainda pelo elevado número de gravidezes na adolescência em Portugal.

Refiro-me à faixa etária entre os 10 e os 15 anos. A escolha dos sujeitos participantes foi feita por conveniência em diversas escolas de norte a sul do país. Procuramos envolver professores de todas as disciplinas, idades e tempo de serviço docente.

Por não termos encontrado na literatura um instrumento adequado à nossa realidade, num primeiro estudo resolvi encarar o desafio de construir e validar um novo instrumento que pudesse medir os elementos a que me propunha nos objectivos do meu estudo. Esse primeiro trabalho realizado com 176 professores, demonstrou que as escalas eram adequadas e demonstraram boa consistência interna.

Assim sendo, numa segunda fase, foi aplicada à população escolhida para que se pudesse conhecer o grau de atitudes positivas ou negativas desses profissionais em relação à implementação da educação sexual nas escolas. Interessava-me ainda saber se haveria relação entre o factor religiosidade e estilos de ensino e essas mesmas atitudes. Foram encontradas como principais conclusões que:

A variável conforto foi a mais relevante na correlação com todas as outras escalas.

Foi encontrada associação negativa entre o grau de religiosidade e o sentimento de conforto para abordar temas de sexualidade. No entanto não foi confirmada a hipótese de que as pessoas mais religiosas teriam uma atitude

mais negativa em relação à educação sexual na escola. A pedagoga Manuela Sampaio (1987) explica esta constatação dizendo que embora Portugal seja um país maioritariamente católico, as pessoas sejam elas praticantes ou não, recusam-se a aceitar a posição da igreja em matéria de assuntos ligados à sexualidade.

Observei diferenças de médias pouco significativas na minha amostra na escala de estilos de ensino.

Outro resultado obtido foi que muitos professores ainda desconhecem o enquadramento legal e as Linhas Orientadoras do Ministério da Educação e apenas 33% dos professores mostraram intenção de envolvimento futuro no ensino de educação sexual.

Gostaria ainda de mencionar o contributo deste trabalho para compreender a complexidade que envolve a implementação da educação sexual de modo sistematizado. No final desta pesquisa prevalece ainda uma questão importante para reflectirmos:

Tendo os professores revelado uma atitude favorável e um alto grau de conforto porquê tão poucos demonstraram intenção de se envolverem futuramente na abordagem de temas de educação sexual?

Penso que esta questão pode ter múltiplas respostas. Antes do mais a profissão docente envolve a motivação dos professores.

Para falar de motivação na profissão docente é fundamental considerar o contexto social em que o professor exerce a sua actividade no momento actual. Noutros tempos, o professor e o pároco das pequenas aldeias e vilas eram os principais agentes culturais. Com a massificação do ensino e o advento das comunicações essa situação alterou-se. O número de professores multiplicou-se e a sua imagem passou a ser julgada de um modo mediático.

A pesquisa anteriormente realizada foi uma base interessante ao iniciar na minha escola a implementação do projecto de educação sexual “Crescer saudável, crescer feliz”. Tentei compreender que tipo de dificuldades são mencionadas pelos professores envolvidos. Como coordenadora do projecto,

tornava-se necessário ouvir os colegas sobre os aspectos que estavam a dificultar a efectiva operacionalização das actividades. Uma das dificuldades mais citadas pelos professores foi precisamente a falta de formação nesta área para trabalhar com os alunos. Mesmo os docentes que já tinham tido a possibilidade de frequentar acções de formação continuavam a sentir uma grande insegurança para avançar com as actividades programadas.

O que pude verificar é que, na sua grande maioria, esses cursos e seminários proporcionavam uma forte componente teórica e foi constatada a quase que total ausência da componente prática. O que os professores pediam era justamente que lhes dissessem **como fazer**, quais as actividades adequadas ao tratamentos de cada temática e como desenvolvê-las.

Essa ideia corresponde inteiramente à opinião do sociólogo e professor António Manuel Marques em entrevista que me concedeu em Março de 2003. Este professor lecciona numa Escola Superior de Educação, em Portugal, para futuros professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico. Ele reforça a necessidade da formação dos professores em educação sexual mas preconiza uma formação voltada para a acção.

Uma outra questão que me parece muito importante é que a temática da sexualidade é complexa e tem aspectos muito delicados por envolver valores éticos e morais que são diferentes em cada família dos alunos e necessariamente diferentes dos nossos. Este é outro dos pontos citados pelos professores como causa de forte insegurança em ensinar temas de educação sexual. Uma formação adequada em educação sexual terá que prever também como ultrapassar de modo correcto esta dificuldade. Esta ideia faz-nos reflectir sobre os modelos de formação adequados.

Jesus (2002) considera que a substituição do modelo normativo pelo modelo descritivo é uma das principais linhas de actuação para evitar o mal-estar na docência.

Ao contrário do modelo normativo, o modelo descritivo considera que a formação deve contribuir para que o sujeito consiga identificar e descrever o seu funcionamento no confronto com as situações e aperfeiçoar as suas competências, numa perspectiva de

aprendizagem constante, reconhecendo as suas limitações, mas nunca se pondo a si mesmo em causa.

(Esteve, 1992)

Esta perspectiva enquadra-se num modelo de formação “centrado sobre a análise” em que o formando deve desenvolver a sua capacidade de observação e análise nas situações educativas pois não existem “receitas” em educação e as situações são diversificadas. Deste modo a formação não pode fornecer normas de actuação nem deve ser centrada em “situações ideais de ensino” (Ferry, 1983; Zeichner, 1983, citados por Jesus, 2002). Assim sendo, não há um perfil geral ou normativo de bom professor. Ele não pode ficar limitado à aquisição de objectivos e comportamentos estandarizados.

Quando pensamos em implementação da educação sexual nas escolas, para além dos aspectos relacionados com a formação adequada dos professores importa considerar factores como legislação existente e políticas educativas

No Brasil, tal como em Portugal, existe legislação favorável à implementação da educação sexual na escola. No entanto, a implementação de um programa de educação sexual proposto à organização escolar, coloca alguns problemas conforme o alerta feito por Sampaio (1990). Por si só a legislação não desencadeia a mudança. Torna-se assim necessário fazer a distinção entre mudança e inovação.

A Educação Sexual como Processo de Mudança e Envolvimento

Mudança, como nos diz Sampaio (1990), é algo que ocorre de modo espontâneo de baixo para cima. No caso da educação sexual, seria os professores sentirem-se motivados. Isto significa que alguma coisa mudou ao nível de mentalidade, fazendo-os sentirem-se desejosos de intervir em acções de educação sexual com os seus alunos.

Ao contrário, inovação é um processo de cima para baixo, ou seja, quando uma organização que envolve pessoas que estão a trabalhar no terreno, decide alterar alguma coisa que necessitava ser modificada. Na realidade as alterações não se produzem de modo tão linear, tal como observa Sampaio “Há dificuldades que impedem que aquilo que o sistema pretende

fazer através de um programa inovativo resulte em mudança no terreno” (p.3). Assim, acontece com frequência que programas bem feitos, com objectivos e conteúdos adequados permaneçam a um nível ornamental. (p.3)

Sampaio prossegue levando-nos a reflectir sobre qual é normalmente a atitude dos professores face à mudança, face à inovação e que factores estarão relacionados com essa atitude. Em sua opinião ela se relaciona com a percepção que o professor tem da sua carreira profissional e do lugar que a carreira profissional ocupa na sua vida pessoal. Em síntese, a forma de estar na profissão resume-se a três hipóteses: se o seu modo de estar é um modo de envolvimento, se é um modo de afastamento ou se é um modo de indiferença.

Por outro lado, para que o professor se sinta motivado para aderir a um programa inovador é necessário que sejam criadas algumas condições por parte do ministério. É dentro do espaço escolar que tudo se joga: o tempo, o lugar e a circunstância. Como arranjar o tempo necessário para implementar um programa como o de educação sexual que se deseja multidisciplinar? São referidos ainda pela autora como implicações da educação sexual para a escola factores como a criação dos espaços físicos e das circunstâncias para pôr em prática um programa desta natureza.

Citando ainda Sampaio (2002) não existe falta de vontade por parte dos professores em aderir a esta proposta mas observa também que é grande a incapacidade de responder-lhe com segurança e qualidade. Durante muitos anos a foi considerada necessária mas não era formalmente permitida. No entanto, se por um lado a oportunidade de pôr em prática esse programa parece aliciante, por outro cria uma situação de incomodidade pois não se pode adiar mais a intervenção da escola neste domínio.

Nóvoa (1997 citado por Jesus, 2002), no entanto, chama a atenção para a dispersão da profissão docente. Ele alerta para o perigo da quantidade de tarefas acrescidas exigidas ao docente na actualidade. É provável que a implementação da educação sexual nas escolas como tema transversal, se torne factor de inflação dessas tarefas para o professor.

Avaliar em Educação Sexual

Um dos aspectos referidos por grupos opositores à implementação da educação sexual nas escolas diz respeito à avaliação. Como e quando avaliar o grau de eficácia deste novo programa curricular?

Será preciso clarificar qual a dimensão pretendida quando se fala de avaliação nesta área. Avaliar conhecimentos será a dimensão mais imediata e simples a concretizar. Quando se pensa, no entanto, no principal objectivo da educação sexual de ser capacitadora de aquisição de competências e modificadora de atitudes, a tarefa da avaliação torna-se muito mais complexa e distante. Como avaliar estes parâmetros se nem sequer conseguimos ainda sistematizar a educação sexual nas escolas? Parece-me seguro afirmar que isto só será possível a médio e a longo prazo, através de pesquisas a realizar entre a população que está a ser alvo deste currículo inovador.

Conclusão

Em Portugal, tal como no Brasil existe legislação favorável à implementação da educação sexual. Tendo como base o estudo que efectuei posso concluir que os professores revelaram uma atitude positiva em relação à integração de actividades de educação sexual nas escolas. No entanto os resultados também indicaram que só uma pequena percentagem de docentes já estava a trabalhar nesta área.

Fica a grande interrogação de quais serão os motivos que os impedem de avançar no terreno. Algumas dessas dificuldades ficaram claras quando iniciei o projecto de educação sexual na escola onde lecciono. Foi possível identificar dificuldades de ordem logística e de ausência de políticas educativas compatíveis com tal inovação.

Acima de tudo, os professores referiram carência de formação para saberem “como fazer”. Assim, torna-se relevante a introdução de disciplinas como a da educação para a sexualidade nos currículos de formação inicial dos professores. Por enquanto, do que me foi dado a conhecer, quer em Portugal,

quer no Brasil, as disciplinas existentes são optativas e no caso lusitano têm sido criticadas negativamente as estruturas e metodologias desses cursos.

É necessário e urgente continuar a reivindicar uma generalização da formação inicial dos professores se se pretende introduzir a educação sexual como disciplina transversal nas escolas.

Principalmente, deveremos ter o cuidado de não cair no erro de afirmar que a educação sexual é fácil e que se trabalha da mesma forma que qualquer outra área do saber pois isso é falso. Não é simples abordar assuntos que mexem com valores morais e religiosos de cada indivíduo. Logo, que não se pense que é possível fazer uma intervenção de qualidade ao nível da educação sexual nas escolas sem uma preparação adequada do corpo docente.

Referências bibliográficas

BRUNS, M. A., & SANTOS, C. A educação sexual pede espaço. São Paulo: Omega Editora, 2000.

CORTESÃO, I., SILVA, M. A. & TORRES, M. A. Educação para uma Sexualidade Humanizada. Lisboa: Edições Afrontamento, 1989.

CSINCSAK, M., DE BOURDEAUDHUIJ, I. & OOST, P. VAN School-based sex education in Flanders : problems, barriers and perceived needs for future practice. *Health Education Research*. v. 9 n. 4, p. 473-483, 1994.

EDUCAÇÃO SEXUAL EM MEIO ESCOLAR – Linhas Orientadoras. Ministério da Educação. Lisboa: 2000.

ESTEVE, J. M. O mal-estar docente. Lisboa: Escher. (tradução). 1992.

FIGUEIRÓ, M. N. Educação Sexual: Retomando uma Proposta, um Desafio. Londrina: Editora da UEL, 1996.

FRADE, A., MARQUES, A. M., ALVERCA, C., & VILAR, D. Educação sexual na escola. Lisboa: Texto Editora, 1999.

GOMES-PEDRO, J. Sexualidade. Lisboa: Departamento de Educação Médica da Faculdade de Medicina de Lisboa, 2000.

JESUS, S. N. Motivação e formação de Professores. Coimbra: Quarteto Editora, 2002.

LÓPEZ, F. Conceito e objectivos da educação sexual. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, n.º 47 e 48, p. 14-15, 1990.

MEREDITH, P. A educação sexual nos países europeus. *Sexualidade e Planeamento Familiar*. N.º 47 e 48, p. 11-13, 1990.

OZ, S. Attitudes Toward Family Life Education : a Survey of Israeli Arab Teachers. *Adolescence*. v. 26 (104), p. 899, 1991.

VILAR, D. Aprendizagem sexual e educação sexual. In **GOMES, F. A., ALBUQUERQUE, A. & NUNES, J. S.** (coords.). *Sexologia em Portugal*, v. II, p. 165-179. Lisboa: Texto Editora, 1987.

_____ Falar disso – A Educação Sexual nas Famílias dos Adolescentes. Lisboa: Edições Afrontamento, 2003.